

Union Bank critica bancos americanos

São Paulo — A renegociação da dívida externa brasileira em “bases mais amplas e períodos mais largos”, e uma discussão “mais democrática” da renovação dos créditos do país (com maior participação dos bancos europeus) foram defendidos, ontem, pelo vice-presidente do Union Bank, da Suíça, Guido Hanselmann.

Integrante do Comitê de bancos que discute a renegociação da dívida externa brasileira e representante, junto ao FMI, dos bancos da Suíça, Itália, Bélgica e Luxemburgo, Hanselmann negou que seu banco estaria impondo condições para emprestar ao Brasil. Destacou que o Union Bank foi “o primeiro a assumir um compromisso incondicional no pacote de 6 bilhões 500 milhões de dólares”, participando com 70 milhões de dólares (148 milhões de francos suíços).

Hanselmann garantiu que nunca existiu qualquer tipo de imposição para emprestar ao Brasil. Lembrou que o Union Bank (União de Bancos Suíços), maior entidade financeira da Suíça, é acionista do European Brazilian Bank (Eurobraz), com uma participação de 13,6%.

“Economista paralela”

O vice-presidente do Union Bank criticou o processo de discussão sobre a renovação dos créditos do Brasil no mercado internacional, principalmente os bancos norte-americanos, que “centralizaram todos os debates, marginalizando os bancos europeus”. Ele espera que, na próxima rodada de negociações, haja um procedimento “mais democrático”.

Disse compreender que “desta vez, a falta de tempo atrapalhou muito o processo e, além

disso, os bancos norte-americanos têm um peso muito grande na condução do problema, em razão do grande volume de aplicações no Brasil”.

Guido Hanselmann assegurou que, nas reuniões de 1984, defenderá a dilatação dos prazos de renegociação, tal como foi feito com o México (de agosto de 1982 a agosto de 1984). Quer ainda que, nas discussões, possam ser analisados temas relacionados com investimentos estrangeiros no Brasil.

Depois de uma visita de quatro dias ao Brasil, o vice-presidente do maior banco suíço destacou que, apesar dos problemas provocados pela dívida externa e pelo terceiro ano consecutivo de recessão, “as tensões sociais não são tão grandes como eu imaginava por dois motivos: existe uma economia paralela (marginal) bastante importante que está suavizando os efeitos da recessão; e as restrições econômicas têm penalizado apenas a classe média, que foi a única que se beneficiou com o processo de desenvolvimento e hoje tem que dar uma parcela maior de sacrifício”.

Criticou a atual legislação brasileira em relação ao capital estrangeiro, observando que “ela está mais voltada para captação de recursos via empréstimos, e não capitais de risco”. Sugeriu que o Governo abrande essa política, permitindo que as empresas estrangeiras façam aportes de capital no país. “Com isto, a dívida brasileira, de 100 bilhões de dólares, poderia ser reduzida em 20 ou 30 bilhões de dólares, abrindo maiores facilidades para o país no mercado externo”.